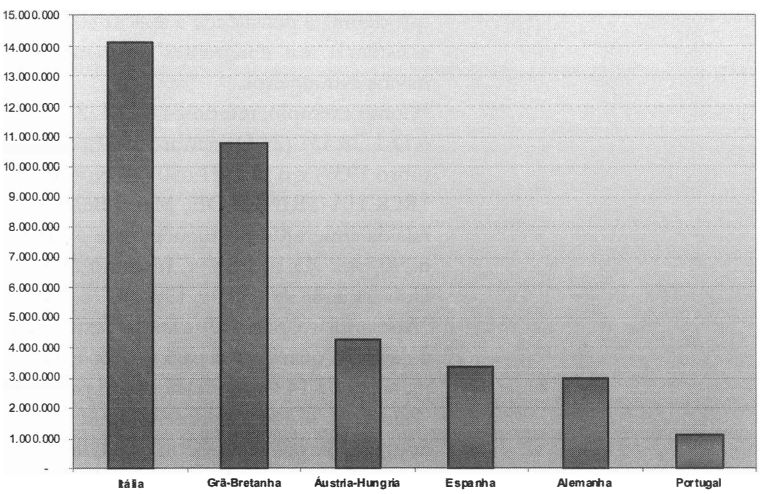
Entre Brasil e África
Fluxos migratórios e o modelo português de desenvolvimento no final do século XIX

Paulo Cesar Gonçalves*

No período da grande emigração europeia para o Novo Mundo, mais especificamente na fase conhecida como *new emigration*[1], Portugal foi importante fornecedor de contingentes que atravessaram o Atlântico. Entre 1870 e 1913, estatísticas indicam que cerca de 45 milhões de europeus dirigiram-se ao Novo Mundo em busca de oportunidades: 14,1 milhões de italianos; 10,8 milhões de britânicos; 4,3 milhões de austro-húngaros; 3,4 milhões de espanhóis; 3 milhões de alemães; 1,1 milhões de portugueses. Quando a emigração é comparada com a população total de cada país, os índices mais representativos, por mil habitantes, são os seguintes: Irlanda (11,0); Itália (10,1); Grã-Bretanha (7,3); Portugal (6,0); Espanha (5,6).

Gráfico 01
Emigração europeia transoceânica (1870-1913)

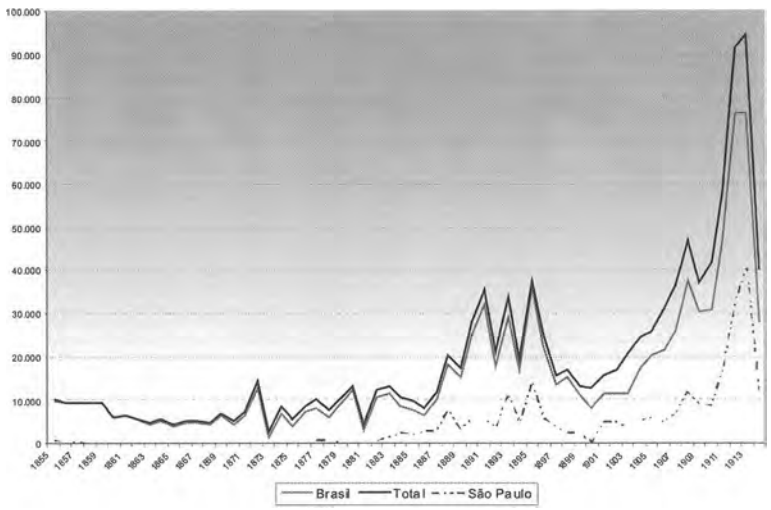


Fonte: ESTEVES, Rui Pedro; KHOUDOUR-CASTÉRAS, David. *A fantastic rain of gold: European migrants' remittances and balance of payments adjustment during the gold standard period*. Universidad Externado de Colombia; University of Oxford (working paper), 2007.

O Brasil era o principal destino dos portugueses: entre 1855 e 1865, acolheu 86% dos emigrantes legais e, de 1891 a 1900, 93,1%[3]. O tradicional fluxo de indivíduos solteiros, existente desde os tempos coloniais, avolumou-se a partir de meados do Oitocentos e começou a ser mais intensamente percebido por meio das remessas enviadas à terra-mãe. Essa emigração decorreu, em grande parte, da obrigatoriedade do serviço militar, do pro-

blema da estrutura fundiária associada a excedentes demográficos regionalizados, das crises socioeconômicas das décadas de 1870 e 1880, mas também ganhou força por meio do "mito do retornado"[4].

Gráfico 02
Emigração portuguesa transoceânica (1855-1914)



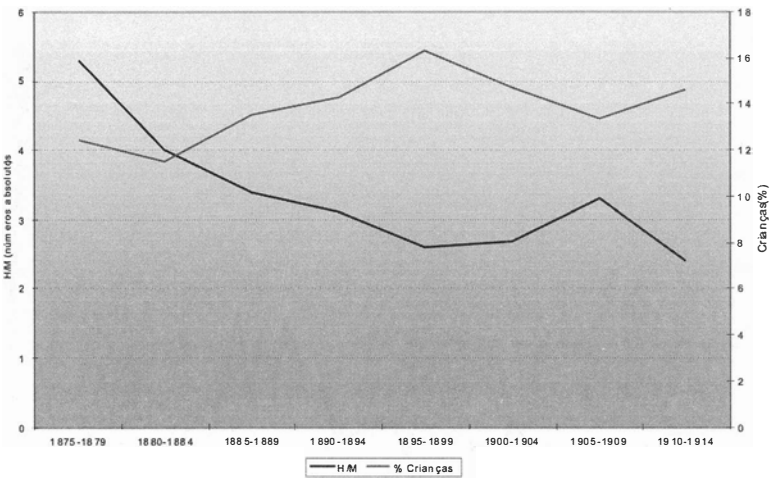
Fonte: para Brasil e total, Joaquim da Costa Leite; para São Paulo, VASCONCELOS, Henrique Doria de. "Oscilações do movimento imigratório no Brasil". *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano I, n.2, 1940.

Por outro lado, alterações na conjuntura brasileira, como a demanda por mão de obra rural e urbana em virtude da expansão da economia, também contribuíram para a dinâmica do fluxo. Jorge Alves observa que, a partir da segunda metade do século XIX, diferenciaram-se dois destinos socioeconômicos da emigração portuguesa. O primeiro, constituído por jovens solteiros, de forte raiz tradicional, atado aos laços familiares e de vizinhança e ao fato de os portugueses dominarem certos setores do mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro, tanto o grande comércio de origem colonial quanto o pequeno, e ainda manterem posições importantes na construção civil, na organização bancária e nos transportes[5]. O segundo, formado por jovens e famílias de agricultores, ligado aos trabalhos no meio rural, mercado geralmente ocupado por indivíduos sem qualificação profissional, que chegavam ao Brasil via contratos com particulares apoiados pelo governo.[6]

Com a expansão cafeeira no último quartel do Oitocentos, a política paulista de imigração passou a subsidiar a vinda de grupos familiares, o que contribuiu para alterar, em certa medida, o perfil característico do emigrante – jovem e solteiro. O gráfico a seguir evidencia certa tendência à diminuição da relação entre os sexos (H/M), cuja expressão mínima encontra-se entre os anos de 1895-1899 e 1910-1914, com exceção do quinquênio de 1905-

1909; ou seja, ao crescimento da participação feminina no fluxo. No mesmo sentido, nota-se a maior presença relativa de crianças, cujo ápice (16,3%) foi atingido em 1895-1899.

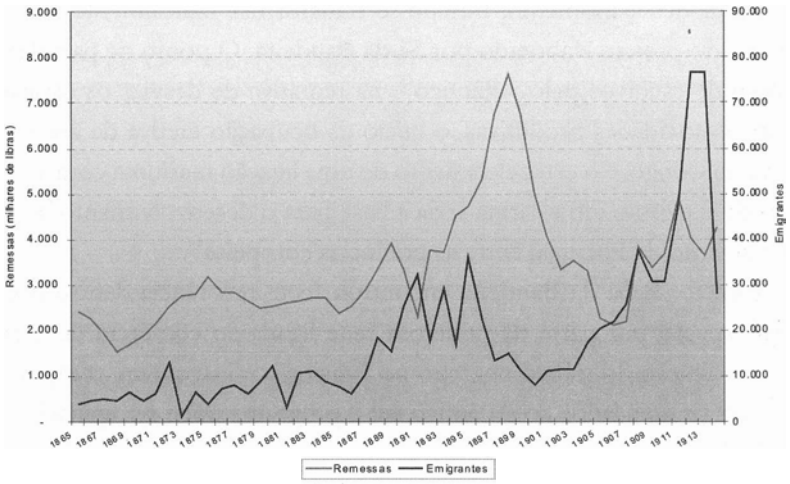
Gráfico 03
Composição da emigração portuguesa: homens, mulheres e crianças (1875-1914)



Fonte: KLEIN, Herbert S. "A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX". *Análise Social*, Lisboa, v. XXVIII, n. 121, 1993, p. 248, Quadro 4.

A partir de meados do século XIX, as remessas, traço marcante daqueles que emigravam solitários para o Brasil deixando a família em terras portuguesas, começaram a ser percebidas no âmbito da economia nacional. Alexandre Herculano atentou para as condições mais proveitosas da emigração oitocentista quando comparadas com a do período colonial, assinalando que o "Brasil tornou-se a nossa melhor colônia depois de ser colónia nossa"[7]. Com a perda de antigos espaços coloniais e os constantes déficits na balança comercial, as remessas dos "brasileiros", que acompanhavam de perto o volume do fluxo migratório, representaram importantes afluxos para as finanças do Estado e entraram na pauta das discussões como um dos fatores do desenvolvimento econômico do reino[8].

Gráfico 04
Portugal: emigração e remessas (1865-1914)



Fonte: MATA, Maria Eugénia. "As crises financeiras no Portugal contemporâneo: uma perspectiva de conjunto". In: MATOS, Sérgio Campos (Org.). Crises em Portugal nos séculos XIX e XX. *Actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa* (6 e 7 de dezembro de 2001). Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

Nas últimas décadas do século, diante da acirrada disputa entre as principais potências europeias pela partilha da África, a emigração também suscitou discussão sobre a potencialidade da criação de mercados para produtos portugueses no exterior e como alternativa para a exploração das colônias africanas na montagem do império colonial.

Portugal, detentor histórico de alguns enclaves fornecedores de escravos nas costas ocidental e oriental da África, em meio a essas disputas, tentou colocar em prática seu "mapa cor-de-rosa", reivindicando as terras entre Angola e Moçambique[9]. A estratégia afrontava diretamente aos interesses da Grã-Bretanha que, com o *ultimatum* de 1890, acabou com qualquer pretensão portuguesa de um império contíguo no centro do continente.[10]

As preocupações portuguesas com as colônias africanas, porém, eram mais antigas. Com o desmoronamento do império na América (entre 1808 e 1822), as possessões em África passaram da periferia para o centro do projeto colonial. O principal objetivo era fomentar as relações comerciais, tendo como padrão as experiências desenvolvidas em terras americanas em passado recente.

Colonizar as possessões em África, no entanto, era um empreendimento inédito, com características distintas e que demandava uma nova política colonial. Em 1824, formularam-se os primeiros planos de colonização, sobretudo para Angola, baseados no fomento da relação direta entre colônias e metrópole, através da supressão ou redução de tarifas comerciais e do aumento das carreiras para facilitar o tráfico[11]. Nesse período, Por-

tugal atravessava forte instabilidade interna, resultado da disputa pelo poder entre liberais e absolutistas, finalizada apenas em 1834, com a vitória dos primeiros.[12]

A partir desse momento, buscou-se transformar radicalmente a economia das colônias através do projeto elaborado por Sá da Bandeira. O ponto de partida seria a abolição do tráfico de escravos pelo Atlântico[13], na tentativa de desviar os capitais nele empregados para as atividades produtivas, o início da ocupação efetiva de áreas estratégicas, como o litoral do Congo, e o estabelecimento de uma ligação marítima com a metrópole. A consolidação da expansão ultramarina seria a base para o desenvolvimento do capitalismo, reforçando a posição de Portugal entre as potências europeias[14].

O projeto de Sá da Bandeira encontrou forte resistência dentro dos territórios coloniais, em especial por parte da poderosa rede ligada ao comércio de escravos.[15] Somente após a proibição do tráfico negreiro no Brasil e o consequente rompimento do elo econômico entre os dois lados do Atlântico sul o programa pôde ser aplicado, porém sem grandes resultados.[16]

Quanto à emigração, o governo português procurou incentivar o destino colonial africano legislando sobre o assunto. Desviar parcialmente a emigração portuguesa do Brasil para a África fazia parte do projeto de Sá da Bandeira, na expectativa da passagem progressiva do trabalho escravo para a mão-de-obra livre. Na década de 1850, por exemplo, buscou-se, sem sucesso, fixar colonos nos planaltos do sul de Angola para enfrentar a falta crônica de trigo na metrópole[17].

A prevalência e o contínuo aumento geral da emigração para o Brasil deram origem ao inquérito parlamentar de 1873, cujo objetivo era estudar as causas e estabelecer políticas de ação em relação ao êxodo[18]. Inspirada nos resultados do estudo, a lei de 28 de março de 1877 visava estimular a emigração para a África, em clara sintonia com o desenvolvimento das colônias no ultramar.[19] A intenção de fixar colonos como proprietários agrícolas estava explícita no texto. O governo ficava autorizado a despender as somas necessárias para transportar às possessões africanas os indivíduos que para lá quisessem ir com o compromisso de residir por pelo menos cinco anos, fornecendo-lhes os meios para o primeiro estabelecimento agrícola nas terras concedidas.

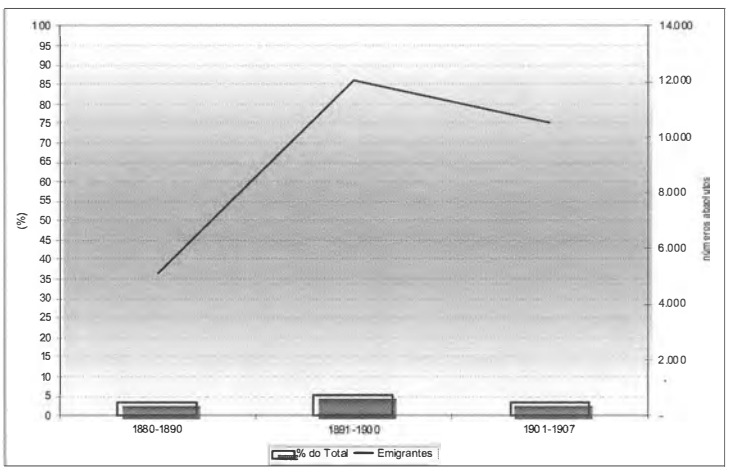
Alguns anos mais tarde, o governo português, atento à criação de uma colônia de dissidentes bôeres em terras angolanas, empreendeu grande esforço para recrutar famílias pobres por todo o reino a serem enviadas para o sul de Angola, com o intuito de fazer frente a essa comunidade estrangeira.[20]

O regulamento de 16 de agosto de 1881 foi mais generoso que o anterior. Além da concessão de terreno, estabelecia passagem gratuita, auxílio financeiro (30$000) e fornecimento de sementes e dos instrumentos necessários aos trabalhos agrícolas. Em relação à proteção dos emigrantes, estabeleceram-se juntas permanentes de emigração em pontos estratégicos da África portuguesa para acomodá-los provisoriamente nos primeiros dias, fiscalizar o cumprimento dos contratos de prestação de serviços, e providenciar a repatriação dos doentes.

Mesmo com todo esse aparato legal, ainda continuavam tímidos os números da emigração para o ultramar colonial. Entre 1850 e 1890, a média do fluxo para África era de aproximadamente 400 pessoas por ano. Na década seguinte, porém, o fluxo aumentou para cerca de 2 mil[21]. A instituição, em 1896, da gratuidade do passaporte para os que se dirigiam ao continente africano e a adoção de uma política mais intensa de concessão de terrenos podem explicar, ao menos em parte, esse acréscimo. Tal fato, entretanto, não impediu o contínuo crescimento da corrente para o Brasil.

Iniciado o novo século, a alternativa africana era uma realidade, mas ainda se mostrava aquém das expectativas de governo, comerciantes, industriais e de alguns estudiosos, mesmo com a supressão, definida pela lei de 25 de abril de 1907, do documento de saída para os que tinham as possessões portuguesas do ultramar como destino. A fragilidade das linhas de comunicação, as reduzidas oportunidades econômicas e a precariedade financeira do Estado para adotar medidas políticas de fixação de colonos e valorização dos territórios explicam, ao menos em parte, o pequeno fluxo para Angola e Moçambique.[22]

Gráfico 05
Emigração portuguesa para as colônias africanas (1880-1907)



Fonte: EVANGELISTA, João. *Um século de população portuguesa.* Lisboa, INE, 1971 apud CASTELO, Cláudia. Passagens para África. *O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974).* Porto, Afrontamento, 2007.

Apesar de todas essas dificuldades, inclusive aquelas impostas pelo clima adverso, a população branca de Angola passou de menos de 3 mil, nos finais da década de 1860, para cerca de 13 mil às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Em Moçambique, a estimativa era de aproximadamente 11 mil pessoas, por volta de 1910. Se é certo que, nesse período, a emigração para África continuava muito inferior ao destino brasileiro, difícil negar que as colônias no continente começavam a afetar a vida de toda a gente em Portugal, onde existiam poucas famílias sem ao menos um parente no ultramar[23].

As medidas que tentavam fomentar a emigração estavam associadas a uma política de consolidação do império colonial em África. Na década de 1870, o projeto do ministro do Ultramar, Andrade Corvo, substituiu o de Sá da Bandeira. De caráter liberal, reduziu as pautas protecionistas estabelecidas em 10 de janeiro de 1837, com o objetivo de incentivar investimentos de capitais estrangeiros, fomentar a autonomia administrativa das colônias, além de procurar áreas férteis para encaminhar a emigração. Nesse sentido, decretou-se, em 1875, a abolição do trabalho escravo nas colônias, tomaram-se empréstimos no exterior para financiar a infra-estrutura e se reforçou a aliança com a Inglaterra.[24]

Definidas as fronteiras nos primeiros anos da década de 1890, o governo português preocupou-se em tentar transformar sua soberania formal nas colônias em domínio de fato, recorrendo à ocupação militar. A falta de recursos e a resistência das populações nativas, no entanto, levaram a um domínio frágil, limitado a algumas posições estratégicas. Seria necessária uma política de financiamento que permitisse ao reino sustentar os gastos para empreender o controle de suas contestadas possessões no continente.

A partir de 10 de maio de 1892, com a decretação da nova Pauta Aduaneira, foi possível angariar recursos que viabilizaram, por exemplo, a campanha vitoriosa na Guerra de Pacificação de Moçambique entre 1894-1895. Foi à sombra da pauta protecionista que se desenvolveu a exportação de produtos manufaturados para as colônias e a reexportação de produtos coloniais: cacau, borracha e café[25]. As vendas de tecidos de algodão para África cresceram significativamente na década de 1890, potencializadas, inclusive, pelo surto da borracha em Angola, onde esses têxteis entravam no circuito mercantil como moeda de troca. Esse bom momento durou até a primeira década do novo século; somente as exportações de vinho para o ultramar atingiram relevo semelhante.[26]

José Capela assinala que as pautas de 1892 permitiram a conquista de mercados para a produção portuguesa em África, constituindo-se no ponto de partida para a aceleração de uma exploração que tomaria o sentido da exacerbação do colonialismo econômico: obtenção de matérias primas coloniais com preços impostos pela metrópole e colocação nas colônias dos excedentes de sua produção. Um comércio ainda pouco representativo em relação ao movimento total, mas que serviu para fortalecer os laços econômicos com a metrópole, sobretudo dos setores interessados nas atividades coloniais.[27]

Já no final dos anos de 1870, uma publicação periódica da Associação Comercial do Porto deixava clara essa sintonia:

> Na questão africana Portugal tem representado um papel que está inferior ao seu dever e às suas tradições. Possuidores de extensíssimas regiões naquela parte do mundo, só teremos cumprido nossa missão na actualidade, quando ali levarmos a luz da civilização, o progresso da indústria, a animação mercantil e quando recolhermos desses esforços o prémio condigno, que é a riqueza que vem para as metrópoles das ubérrimas colónias, que não são vexadas mas fertilizadas, das colónias a que se leva não a roacidade dos conquistadores antigos, mas a exploração conscienciosa, embora lucrativa, dos cultivadores modernos.[28]

Valentim Alexandre assinala que, a partir da última década do Oitocentos, consolidou-se no império português em África a implantação de um aparelho colonial moderno ancorado em um projeto político definido em nível de Estado e nos interesses de grupos mercantis, industriais e financeiros metropolitanos. A antiga função de entreposto comercial de mercadorias nativas e escravos foi substituída para dar origem, em Angola e, de modo mais modesto, em Moçambique, a um sistema de exploração baseado na economia de plantação e na mineração, intensificando-se ainda sua função de mercado consumidor de produtos do reino.[29]

Nesse sentido, a Sociedade de Geografia de Lisboa, desde sua fundação, em 1875, constituiu-se na principal defensora de uma política de colonização para a África portuguesa como instrumento de desenvolvimento econômico, marcando presença, inclusive, no debate entre as correntes que defendiam destinos distintos para os emigrantes: Brasil ou África.

Como outras sociedades de geografia europeias, cujo ponto fundamental era o caráter militante em estreita ligação com o expansionismo colonialista, a SGL ganhou posição de relevo em assuntos coloniais. Constituiu-se na maior ativista dos "direitos históricos" das descobertas e organizou viagens de exploração pelo interior da África, com o objetivo de garantir a posse e soberania portuguesa nas colônias. Ângela Guimarães identifica três fases fundamentais nos primeiros vinte anos de sua atividade. Entre 1876 e 1880, a SGL procurou garantir o lugar de Portugal no movimento expansionista; nos anos de 1880 a 1882, preocupou-se em fazer um balanço das forças nacionais para investir na competição em África; de 1882 a 1895, definiu a orientação da política e da gestão colonial no conjunto do império, com máxima atenção para Moçambique.[30]

A SGL teve papel fundamental no aprofundamento da discussão sobre a constituição do império português e no alargamento dos grupos diretamente envolvidos nos problemas coloniais. Na sessão de 7 de abril de 1880, por exemplo, reafirmou-se a necessidade de expedições geográficas em África, ressaltando seu significado político e econômico em relação às colônias. Em meio ao temor da perda dos territórios diante da suposta cobiça de outros países europeus, defendia-se a soberania portuguesa, pois: "Se as colónias não forem mercados nacionais, não tiraremos delas os benefícios a que temos direito, em compensação dos sacrifícios que por elas fazemos"[31].

Promover a prosperidade das colônias em nome da grandeza de Portugal. Com esse propósito, a Sociedade de Geografia identificou os meios de ativar e aumentar as relações comerciais da metrópole com as possessões ultramarinas: o incentivo à emigração dentro do império e o desenvolvimento da navegação nacional, percebida como elemento chave da expansão portuguesa no mundo.[32]

Alguns de seus sócios, dentre eles Francisco Chamiço, fundador e presidente do Banco Nacional Ultramarino, acreditavam que apenas com a emigração seria possível criar e desenvolver mercados em terras africanas a serem aproveitados pela indústria portuguesa, assinalando que:

> Nem se tinha desenvolvido no indígena a necessidade de determinados produtos, nem havia, na maioria das possessões, europeus em número suficiente que, pelo seu consumo, convidassem o comércio para essas possessões. Portanto, a primeira e mais instante obra a realizar era promover a emigração, fazendo desaparecer as causas da insalubridade no ultramar, a fim de que os europeus em contacto com os indígenas despertassem nestes as necessidades da civilização e daí um aumento considerável de gente consumidora dos nossos produtos.[33]

Discussões no meio rural vinculadas aos temas "emigração" e "colônias" também ganharam espaço nos debates. José Pequito Rebelo, destoando do consenso geral entre os grandes proprietários de terras, contrários à emigração, defendia o êxodo para Brasil e África como forma de garantir a estabilidade social no campo, evitando discussões sobre uma possível reforma agrária nos latifúndios alentejanos. Suas hábeis palavras mesclavam temas caros ao colonialismo português – soberania e desenvolvimento econômico – a favor do conservadorismo fundiário.

> A emigração brasileira é um fato espontâneo da nossa condicionalidade demográfica e social. [...] procuremos também com grande empenho desviar o máximo contingente para a nossa colonização ultramarina, porque antes do Alentejo está essa parte integrante do território nacional onde os perigos da soberania e a largueza dos recursos são muito maiores. Quanto ao Alentejo, não queiramos aplicar-lhe processos de colonização africana, expropriando a sua gente em favor do Norte, mais cuidemos do seu povoamento e valorização com um carinho inteligente, bem compreensivo das condições históricas e naturais e do equilíbrio dos direitos.[34]

A tese de desviar a emigração do Brasil para a África, no entanto, estava longe de ser unanimidade. Oliveira Martins, por exemplo, posicionava-se contra essa alternativa e alertava para o tipo de emigrante que se dirigia para a ex-colônia – comerciantes, operários e caixeiros – como o principal responsável pelo envio das remessas. O continente africano, em sua opinião, não oferecia oportunidades a essas atividades e Portugal perderia as economias e poupanças conquistadas em terras brasileiras, tão essenciais para o equilíbrio financeiro do reino. Seus estudos sobre o problema social da emigração comparado às estatísticas relativas ao comércio e ao ingresso de capitais provenientes do outro lado do Atlântico levaram-no a concluir que "sem os subsídios do Brasil pela exportação da indústria da cria do gado humano, há muito que teríamos rebentado falidos"[35].

Oliveira Martins também presidiu a Sociedade de Geografia Comercial do Porto, fundada em julho de 1880, na esteira das idéias defendidas por sua congênere de Lisboa: reanimar o interesse público pelo império colonial. Seus objetivos eram estudar as condições dos centros de produção que pudessem interessar ao mercado nacional, discutir soluções para os problemas migratório e colonial, fomentar e criar vias de comunicação. Mesmo com o relativo ceticismo de seu presidente em relação às potencialidades das colônias africanas, a maior parte dos sócios, sobretudo comerciantes e industriais, acreditava na

viabilidade econômica da alternativa colonial. Fato que ele próprio reconheceu ao comentar uma conferência proferida por Joaquim António Gonçalves, um dos mais importantes industriais de Portugal.

"Na assembleia devia ter ficado a convicção geral de que as nossas colónias africanas eram um vasto mercado aberto à indústria manufactureira da metrópole, quando convenientemente encaminhada e desenvolvida"[36].

De maneira geral, diversos estudos têm apontado que a transformação da sociedade portuguesa de Antigo Regime em uma sociedade capitalista dependente teve lugar no século XIX, mais precisamente entre 1820 e 1890. Essas reflexões aparecem em Villaverde Cabral, Halpern Pereira, Joel Serrão e José Tengarrinha[37], que identificam mudança fundamental nesse período: a transferência do poder político da classe senhorial para a burguesia e o crescente controle da atividade econômica pelo capital.

Nesses anos, a expansão em África jogou papel importante nas expectativas e na configuração de um modelo de desenvolvimento da sociedade portuguesa. Valentim Alexandre observa que na sua base existia a consciência do atraso do capitalismo português em relação a outros países da Europa, mas também a convicção de que as colônias teriam importante papel em sua superação. No início, as inevitáveis comparações com o Brasil e os relatos de riquezas vindos da África criaram expectativas de uma rápida acumulação e de resultados econômicos favoráveis ao reino; posteriormente, novos projetos visaram transformar as colônias em fornecedoras de matérias-primas e mercados reservados à metrópole.[38]

Halpern Pereira lembra que, no início da década de 1890, o eixo fundamental do tipo de desenvolvimento capitalista adotado e a nova expansão iniciada com a reconstrução dos projetos colonialistas, então voltados para a África, encontravam-se ameaçados por outros países.[39] Fatores externos, que juntamente com as limitações inerentes ao desenvolvimento descompassado quando comparado às principais economias europeias, forneceram estreita margem de manobra para Portugal colocar em prática sua política colonial, na qual os fluxos migratórios não foram deixados de lado.

A autora assinala que três preocupações orientaram a política migratória portuguesa entre 1870 e 1930: manter a corrente de divisas provenientes do Brasil, conseguir deslocar para suas colônias em África parte dos emigrantes e, finalmente, conciliar os dois objetivos com as necessidades de mão-de-obra dos grandes proprietários de terras e do setor industrial.[40]

Nas últimas décadas do Oitocentos, diante das tentativas do governo português de articular economicamente o império e buscar melhor inserção no concerto das nações na Europa, ganharam força as propostas de desviar ao menos parte do fluxo dos "brasileiros" para as colônias ultramarinas, onde o domínio político e econômico exigia a presença de colonos e de pessoal administrativo e militar.

O projeto colonial impôs, assim, um dilema: décadas após a independência da mais importante colônia do Atlântico, a alternativa africana surgia no horizonte opondo, em certa medida, os tradicionais interesses individuais da emigração aos interesses coloniais

da nação. No entanto, ambos deveriam ser conciliados em nome do projeto para resgatar o suposto prestígio político e econômico, simbolizado pela afirmação do Império colonial português em África.

NOTAS

* Universidade de São Paulo - USP.

[1] Sobre a classificação "nova" e "velha" emigração, Gould assinala que seria prematuro concluir, como fazem alguns autores, que não existem evidencias empíricas fundamentais para justificar tratamento diferenciado entre uma e outra. Em sua opinião, no mínimo, as diferenças cronológicas e de padrão de migração intercontinental entre as duas áreas sugerem que, mesmo sob a influência do fator trabalho, ambas necessariamente operaram de formas distintas no tempo e no espaço. GOULD, J. D. "European inter-continental emigration 1815-1914: patterns and causes". *The Journal of European Economic History*. Roma, v. 8, n. 3, 1979. p. 628.

[2] Cálculos dos autores baseados em Imre FERENCZE; Imne WILLCOX, Walter. *International migrations. v. I: Statistcs*. Nova York, National Bureau of Economic Research, 1929.

[3] VEIGA, Teresa Rodrigues. *A população portuguesa no século XIX*. Porto, CEPESE/Afrontamento, 2004, p. 138. Sobre a confiabilidade das estatísticas em relação aos números oficiais e à emigração clandestina ver LEITE, Joaquim da Costa. "Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)". *Análise Social*. Lisboa, v. XXIII, n. 97, 1987. Para análise divergente, que apresenta as estimativas da emigração clandestina, ver BAGANHA, Maria Ioannis B. "Uma Imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração". *Análise Social*. Lisboa, v. XXVI, n. 112/113, 1991, pp. 723-739.

[4] A literatura fornece exemplos da importância da emigração e dos negócios com o Brasil no enriquecimento individual ou mesmo de famílias, sobretudo da cidade do Porto, no início da segunda metade do século XIX. O livro

de Júlio Dinis, *Uma família inglesa* (1868), fornece a geografia social do Porto neste período: "Esta nossa cidade [...] divide-se naturalmente em três regiões, distintas por fisionomias particulares: A região oriental, a central e a ocidental. O bairro central é o portuense pròpriamente dito; o oriental, o brasileiro; o ocidental, o inglês. [...] O bairro oriental é principalmente brasileiro, por mais procurado pelos capitalistas que recolhem da América. Predominam neste umas enormes moles graníticas, a que chamam palacetes [...]. Pelas janelas quasi sempre um capitalista ocioso" *apud* GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, Arcádia, 1971, pp. 228-229. O tema do retornado ou "brasileiro" era recorrente na literatura portuguesa. Em várias obras, Camilo Castelo Branco e Eça de Queiroz trataram desse tipo social.

[5] Esse tipo de emigração era característico do norte de Portugal. ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

[6] ALVES, Jorge Fernandes. "Terra de esperanças – O Brasil na emigração portuguesa". *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais, Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, pp. 113-128.

[7] HERCULANO, Alexandre. "A emigração (1873-1875)". *Opúsculos IV*. Lisboa, 1879.

[8] Chaney assinala que a notável estabilidade das entradas anuais dessas economias representou fonte de divisas extremamente segura, cuja influência estendeu-se da determinação da taxa cambial ao equilíbrio financeiro de Portugal. Seus cálculos indicam que, em média, o montante das remessas correspondeu de 50% a 80% do déficit da balança comercial. CHANEY, Rick. *The economics of one hundred years of emigration* apud Klein, *op. cit.*, p. 265.

[9] cf. ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa, Sá da Costa, 1979.

[10] Em África, o império português manteve Angola, Moçambique, Guiné e as ilhas de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. No Oriente, restaram do antigo império Goa, Damão, Diu, Macau e Timor.

[11] Alexandre, *op. cit.*, p. 34.

[12] Sobre o tema ver PEREIRA, Miriam Halpern. *Revolução, finanças, dependência externa*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1979.

[13] Decreto de 10 de dezembro de 1836.

[14] ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1930)*. Porto, Afrontamento, 2000.,p. 139.

[15] Ao final de 1836, por exemplo, o governador-geral de Angola escreveu a Sá da Bandeira informando que a abolição do tráfico de escravos pôs fim ao único ramo de comércio da colônia e despertou o ódio de todos os colonos. O mesmo ocorrera em Moçambique. cf. ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África*. Cronologia: v. II – século XIX. Lisboa, Editorial Estampa, 1979, pp. 70-71.

[16] Valentim, *op. cit.*, pp. 46-47.

[17] CLARENCE-SMITH, Gervase. *O Terceiro Império português (1825-1975)*. Lisboa, Teorema, 1985, p. 71.

[18] A comissão parlamentar fez um levantamento sistemático da emigração no continente e ilhas produzindo estatísticas sobre o número de indivíduos emigrados por localidades, os portos marítimos de origem e destino, além de tabelas com os salários pagos em Portugal e dos preços dos alimentos. Os contratos de engajamento e as leis portuguesas e brasileiras sobre o assunto também foram objeto do inquérito. cf. *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*. Lisboa, 1873.

[19] PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, EDUSC; Portugal, Instituto Camões, 2002, pp. 81-82.

[20] ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 60.

[21] Anderson, *op. cit.* p. 60. Godinho apresenta números semelhantes ao afirmar que: "no derradeiro quartel do século XIX, apenas meia centena de emigrantes por ano encaminhava-se para a África portuguesa; de 1901 a 1906 foram, em média, pouco mais de 2 mil". Godinho, *op. cit.*, p. 38.

[22] Cunha Rato observa que o reino ainda sentia os danosos efeitos da crise econômica internacional da década de 1890, quando o orçamento ultramarino global para 1909-1910 apresentou déficit de 2 mil contos de réis e acabou por debilitar ainda mais as já precárias condições da população. No entender da autora, só isso pode explicar o aumento sem precedentes do fluxo migratório na primeira década do século XX em direção ao Brasil. RATO, Maria Helena da Cunha. "O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional". *Análise Social*, Lisboa, v. XIX, n. 77-78-79, 1983, pp. 1125-1126.

[23] Clarence-Smith, *op. cit.*, pp. 112-113 e 117.
[24] Alexandre, *op. cit.*, p. 150. Almeida, *op. cit.*, p. 190.
[25] Esses produtos continuaram dominando as exportações coloniais nas duas primeiras décadas do novo século, acompanhados, a partir de então, pelo açúcar. Para a composição das exportações coloniais nesse período ver LAINS, Pedro. "Causas do colonialismo português em África, 1822-1975". *Análise Social,* Lisboa, vol. XXXIII, n. 146-147, 1998, p. 482, Quadro 11.
[26] "Entre 1905 e 1915, a média anual do déficit comercial de Portugal elevou-se a uns 30 mil contos. Este 'buraco' foi preenchido pelas remessas do Brasil, que se elevaram a cerca de 17 mil contos por ano e pelas reexportações coloniais, que totalizaram os restantes 13 mil contos". Clarence-Smith, *op. cit.*, p. 90.
[27] CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900).* Porto, Afrontamento, 1975. Segundo António Telo, ao final do século XIX, o Império representava 3% das importações de Portugal e absorvia mais de 10% das exportações. No início da República, esses valores passaram para 4% e 15%, respectivamente. TELO, António José. *Economia e Império no Portugal contemporâneo.* Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 208.
[28] Relatório da Associação Comercial do Porto. 1879 *apud* Capela, *op. cit.*, p. 118.
[29] Alexandre, *op. cit.*, p. 161 e *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891). op. cit.*, p. 69.
[30] GUIMARÃES, Ângela.*Uma corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895).* Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 21.
[31] *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa.* Sessão de 07 de abril de 1880.
[32] *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* Série I, n. 2, 1877.
[33] *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa.* Sessão de 06 de dezembro de 1880.
[34] REBELO, José Pequito. *O desastre das reformas agrárias.* Portugal, Coimbra, 1923.
[35] MARTINS, J. P. Oliveira. *Fomento rural e emigração* (1893). 3. ed. Lisboa, Guimarães Editores, 1994.
[36] *Boletim da Sociedade de Geografia Comercial do Porto.* n. 2, 1881 *apud* Capela, *op. cit.*, p. 122.
[37] CABRAL, Manuel Villaverde. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX.* 3. ed. Lisboa. A Regra do Jogo, 1981; PEREIRA, Miriam Halpern. *Revolução, finanças, dependência externa. op. cit.*; SERRÃO, Joel. *Emigração portuguesa: sondagem histórica.* Lisboa, Livros Horizonte, 1977; TENGARRINHA, José. "A crise do final do Antigo Regime". In: MATOS, Sérgio Campos (Org.). Crises em Portugal nos séculos XIX e XX. *Actos do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa (6 e 7 de dezembro de 2001).* Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002. Para um estudo mais recente ver FERREIRA, Álvaro; LAINS, Pedro (Orgs.). *História Económica de Portugal.* Lisboa, ICS/Universidade de Lisboa, 2005, 3 vols.
[38] Alexandre, *op. cit.*, p. 70. A discussão das causas do colonialismo português – econômicas ou não – sempre teve grande repercussão nos estudos sobre o tema. Dentre tantos, pode-se citar dois trabalhos: para uma interpretação estritamente econômica ver Clarence-Smith, *op. cit.*; no campo oposto, de forte viés político, ver HAMMOND, Richard J.. *Portugal and Africa, 1815-1910. A study in uneconomic Imperialism.* Stanford/Califórnia, Stanford University Press, 1966.
[39] Pereira, *op. cit.*, pp. 2-3.
[40] Pereira,*op. cit.*, p. 86.